



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**, Relator da ADPF nº 568 e da Reclamação nº 33.667

A **UNIÃO**, neste ato representada por seu Advogado-Geral (art. 4º, III, da Lei Complementar n.º 73/93), tendo em vista o *Acordo sobre a Destinação dos Valores* celebrado entre os órgãos públicos, vem manifestar o que segue:

Nos autos das ações em referência, por ocasião de reunião presidida por Vossa Excelência, foi celebrado acordo sobre a destinação dos valores depositados pela Petrobrás.

Considerando a natureza dos recursos a serem alocados, oriundos da aplicação de penalidade pela prática de ilícitos, os recursos serão empregados em benefício da população em geral, o que se justifica por ser o povo brasileiro, a Petrobrás e a União, as vítimas dos ilícitos praticados.

Para fins operacionais, propõe-se que o procedimento de liberação dos

recursos financeiros obedeça ao seguinte:

- a) Com a homologação do *Acordo sobre a Destinação dos Valores*, o saldo em conta dos recursos financeiros depositados, devidamente corrigido, será transferido para a conta única do Tesouro Nacional, para alocação nos termos acordados;
- b) Uma vez que os recursos em causa sejam repassados e convertidos em receita da União, esta se compromete a fazer com que os referidos recursos passem a compor fonte de recursos específica, sendo sua aplicação passível de acompanhamento pelos órgãos de controle;
- c) Para concretização das medidas previstas no referido *Acordo*, foi publicada a Portaria SECAD/SOF n. 6, de 26 de agosto de 2019, para reativar o Código de Fonte de Recursos “21- Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção”, para situações do gênero, de modo a prover meios para assegurar transparência e controle quando os valores forem utilizados para financiar as despesas públicas a que se refere o *Acordo*;
- d) Com a observância das normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, em especial o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a União, por meio do Ministério da Economia, se compromete a garantir as condições necessárias para execução total das despesas exclusivamente nas ações referidas no aludido *Acordo* neste exercício financeiro e nos seguintes, até o completo exaurimento dos valores nele referidos;
- e) A realização das despesas será concretizada especialmente por meio da concessão de limite de empenho e de movimentação financeira (“descontingenciamento”) e da abertura de créditos adicionais, abrangendo a abertura de crédito extraordinário quando admitido pela legislação, sendo sempre utilizada como fonte de recursos aquela indicada na alínea “c”, acima;
- f) Os recursos financeiros a serem executados de maneira descentralizada serão objeto de distribuição entre os Estados da região amazônica a partir de critérios objetivos a serem fixados pelos Ministérios pertinentes, ouvindo-se os Estados afetados.

Em vista do exposto, considerando o compromisso assumido em prol da solução consensual do objeto da ADPF 568 e da Rcl 33.667, requer-se a Vossa Excelência:

- (i) A declaração de nulidade do Acordo de Assunção de Obrigações firmado entre a Petrobras e os Procuradores da República do Ministério Público Federal do Paraná;
- (ii) A homologação, pelo Supremo Tribunal Federal, do *Acordo sobre a Destinação de Valores* ajustado entre os órgãos públicos;
- (iii) A transferência dos valores depositados para a conta única do Tesouro Nacional, com a finalidade de alocação e utilização nos termos expostos nesta peça.

Aguarda deferimento.

Brasília, 11 de setembro de 2019.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Advogado-Geral da União

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

IZABEL VINCHON NOGUEIRA DE ANDRADE
Secretária-Geral de Contencioso